

Deputados temem que novas CPIs comprometam eleições

Lúcia Motta

A instalação das CPIs da CUT, das Empreiteiras e sobre os financiamentos de campanha é inevitável como também é o estrago que elas poderão fazer nas campanhas eleitorais e no desempenho de alguns candidatos. A preocupação com tudo isso já começa a tomar conta de alguns parlamentares, ninguém esconde mais isto. O próprio presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), admitiu, na semana passada, que as investigações dessas CPIs poderiam fazer despençar algumas candidaturas.

O PPR do senador Esperidião Amin vai atacar afirmando que o PT utiliza recursos das contribuições sindicais dos trabalhadores para suas campanhas eleitorais. O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, já avisou que vai demonstrar que outros sindicatos — inclusive patronais — também utilizaram o mesmo recurso.

“As CPIs já viraram palanque”, reconhece o senador Mário Covas (PSDB-SP), autor da proposta de adiamento por 60 dias. Apesar de tudo isso e do fato de reconhecer que tanta comissão de inquérito prejudica as outras atribuições do Congresso, ele reafirma que não seria possível evitar a instalação dessas CPIs. Todas elas foram criadas por requerimento que tiveram mais de 200 assinaturas de apoio como exige o regimento do Congresso.

O deputado Pedro Pavão (PPR-SP) admite que a CPI da CUT criada pelo requerimento do presidente de seu partido, senador Esperidião Amin, poderá prejudicar a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Mas, segundo ele, isso vai acontecer porque o PT

utilizou dinheiro dos sindicatos para suas campanhas. Ele reconhece que algumas CPIs têm caráter político mas que isso não invalida a necessidade de se investigar, mesmo em ano eleitoral. “Isso deve ter sido considerado pelos autores dos requerimentos”, afirmou o deputado.

O palanquismo durante os trabalhos dessas CPIs — se elas ocorrerem durante a campanha eleitoral — é encarado como inevitável pelos parlamentares. A preocupação de uma parte dos parlamentares é evitar que também os trabalhos do Congresso sejam prejudicados. Várias reuniões na semana passada acabaram provocando o adiamento da instalação das CPIs da CUT e das Empreiteiras.

Enquanto a maioria dos parlamentares fala dos efeitos das investigações sobre campanhas eleitorais e partidos com reserva e preocupação, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PSDB-PE) vai além. Ele garante que, com a instalação dessas CPIs em um ano eleitoral e simultaneamente, o País pára, inviabiliza-se a campanha eleitoral e a própria eleição de outubro.

Maurílio argumenta que o que se quer, agora, é investigar o que até antes de Collor era considerado perfeitamente lícito por ser já uma prática corrente. Segundo o deputado, depois das denúncias contra Collor e das investigações da CPI do Orçamento receber ajuda para campanha passou a ser um crime terrível, quando todo mundo sabe que todos que foram eleitos e os que não foram receberam alguma ajuda. “Não sobra ninguém. Do Suplicy (Eduardo Suplicy do PT de São Paulo) a quem não foi eleito”, afirmou o deputado.